

ATA N.º 15/2018

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

14/09/2018

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".



Aos catorze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, pelas
dezasseis horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Câmara Municipal,
reuniu esta, ordinariamente, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr.
Raul José Rei Soares de Almeida, estando presentes os Vereadores Srs.
Nelson Teixeira Maltez, Dr. Manuel de Jesus Martins, Dr. Fernando José
Domingues Madeira, Dr ^a . Dulce Helena Ramos Cainé, Dr. Luis Manuel Simões
Miranda e Dr ^a . Madalena Isabel Colaço dos Santos
Presentes também a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Drª.
Carmen da Conceição Santos, a Chefe de Divisão de Educação, Cultura e
Desporto, Dr.ª Brigitte Capeloa e o Chefe da Divisão de Proteção Civil,
Planeamento, Ordenamento e Ambiente, Dr. Ângelo Manuel Morais Lopes
Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada aberta a reunião pelas 16:30
horas
FINANÇAS MUNICIPAIS:
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 174, de 13 de setembro de
2018, com um saldo orçamental de 170.665,51 € (cento e setenta mil,
seiscentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e um cêntimos)
APROVAÇÃO DE ATAS:
ATA DE 12 DE JULHO DE 2018
Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 12 de julho de
2018, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido
disponibilizado na plataforma "Arquivo" em 11 de setembro de 2018, tendo a
mesma sido aprovada por unanimidade
ATA DE 09 DE AGOSTO DE 2018
Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 09 de agosto
de 2018, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter
sido disponibilizado na plataforma "Arquivo" em 11 de setembro de 2018, tendo
a mesma sido aprovada por unanimidade



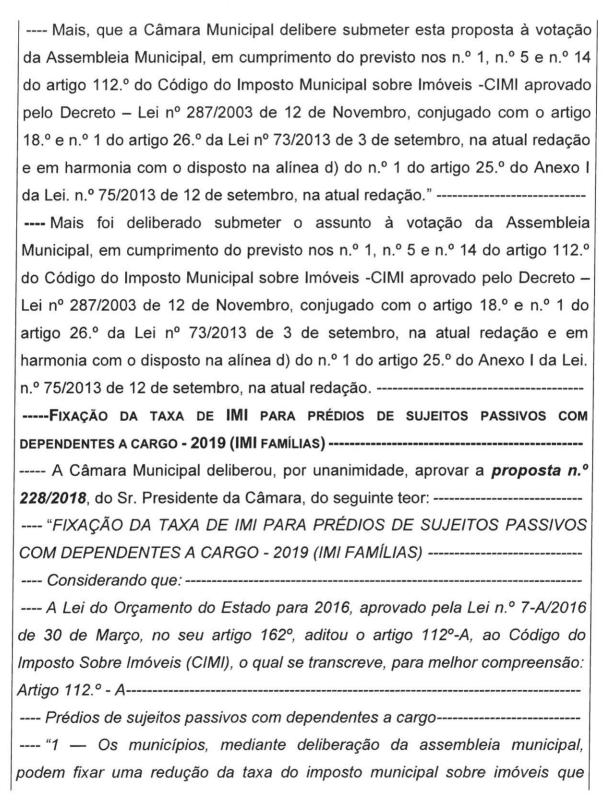


particulares têm vindo a ser notificados e no caso de incumprimento, a Câmara
Municipal efetuará o serviço e, posteriormente, procederá à cobrança coerciva
dos valores devidos
A Chefe da DAF, Drª. Carmen Santos, disse também que alguns
particulares não executavam as limpezas por uma questão de falta de meios e
a Câmara Municipal tinha que se substituir a esses proprietários, todavia, havia
também algumas limitações, uma vez que existia grande dificuldade para se
conseguir identificar os proprietários desses terrenos
PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:
FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI, IRS, DERRAMA E DIREITO MUNICIPAL DE PASSAGEM A
LIQUIDAR EM 2019
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta n.º
227/2018, do Sr. Presidente da Câmara, do seguinte teor:
"FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI, IRS, DERRAMA E DIREITO MUNICIPAL DE
PASSAGEM A LIQUIDAR EM 2019
O Decreto - Lei n.º 287/2003 de 12 de Novembro, que procedeu à reforma
da tributação do património, aprovou, entre outros o Código do Imposto
Municipal sobre Imóveis (CIMI), que entretanto sofreu sucessivas alterações.
(32 versões)
Determina o n.º 5 do artigo 112.º do CIMI, na atual redação que "os
Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a
aplicar, em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do nº 1
podendo esta ser fixada por freguesia"
Mais, determina no n.º 14 que "As deliberações da assembleia municipal
referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e
Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano



seguinte, aplicando-se a taxa mínima referida na alínea c) do n.º 1, caso as
comunicações não sejam recebidas até 31 de dezembro."
Com a manutenção, da taxa de IMI relativamente ao ano anterior o
Executivo pretende dar continuidade a uma política de incentivo à fixação de
novos residentes, garantindo em simultâneo condições que lhe permitam
manter um nível de atividade constante e reforçar a dinâmica económica e
social do concelho, bem como, satisfazer as legítimas expetativas dos
cidadãos
Neste contexto propõe-se que a Câmara Municipal delibere, nos termos da
alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de
setembro, conjugado com o artigo 112.º do CIMI, ambos na atual redação:
1. Fixar a taxa de IMI a liquidar no ano de 2019 em:
prédios rústicos: 0,8 %;
prédios urbanos: 0,3 %;
2. Fixar a percentagem de 5 % do IRS para o ano de 2019, nos termos do
n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o regime
financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, na atual
redação;
4. Não aplicar para o ano de 2019 a derrama na área do Concelho de Mira,
conforme faculdade definida no nº 1 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de
setembro, na atual redação;
5. Não aplicar para o ano de 2019 a taxa relativa ao direito municipal de
passagem, (Taxa devida pelos direitos e encargos relativos à implantação,
passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos
das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas
acessíveis ao público, em local fixo, nos domínios público e privado municipal,)
conforme possibilidade consagrada no artigo 106º da Lei nº 5/2004 de 10 de
Fevereiro, na atual redação;

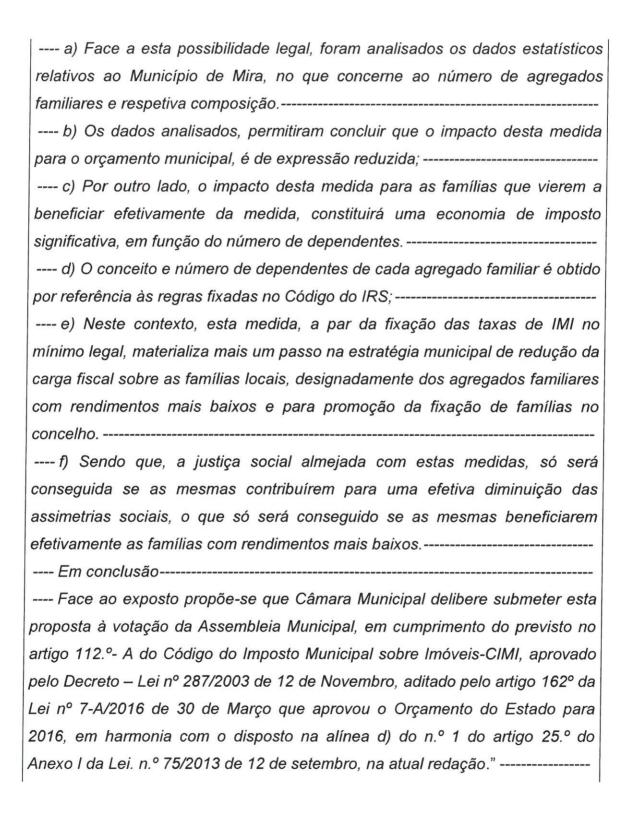






vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio
urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do
seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao
número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o
respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:
Número de dependentes a cargo Dedução fixa (em €)
1
2
3 ou mais
2 — A deliberação referida no número anterior deve ser comunicada à
Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos e prazo previstos no n.º 14 do
artigo 112.º do Código do IMI
3 — A verificação dos pressupostos para a redução da taxa do IMI é
efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, de forma automática e com
base nos elementos constantes nas matrizes prediais, no registo de
contribuintes e nas declarações de rendimentos entregues
4 — Para efeitos do disposto no presente artigo, a composição do
agregado familiar é aquela que se verificar no último dia do ano anterior àquele
a que respeita o imposto
5 — Considera -se o prédio ou parte de prédio urbano afeto à habitação
própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar quando
nele estiver fixado o respetivo domicílio fiscal
6 — A Autoridade Tributária e Aduaneira disponibiliza aos municípios, até
15 de setembro, o número de agregados com um, dois e três ou mais
dependentes que tenham, na sua área territorial, domicílio fiscal em prédio ou
parte de prédio destinado a habitação própria e permanente."

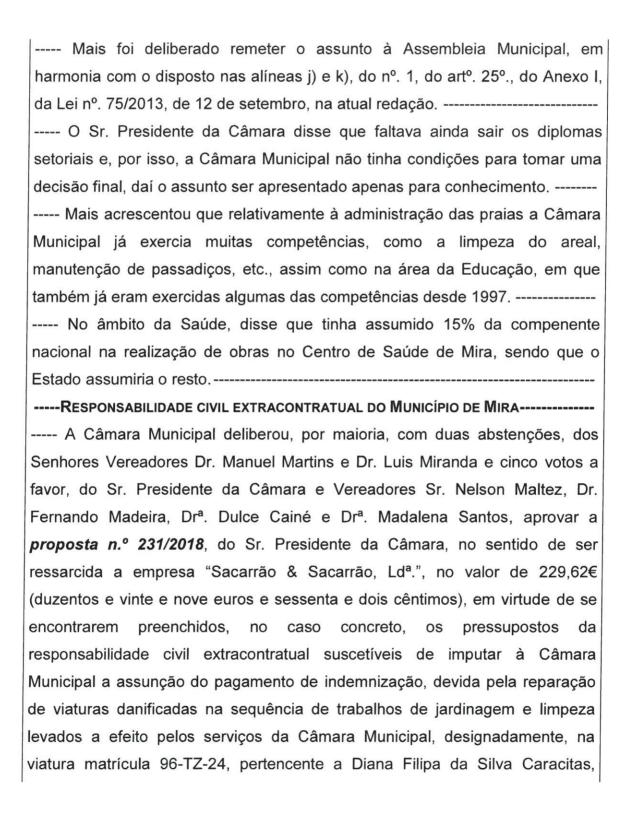




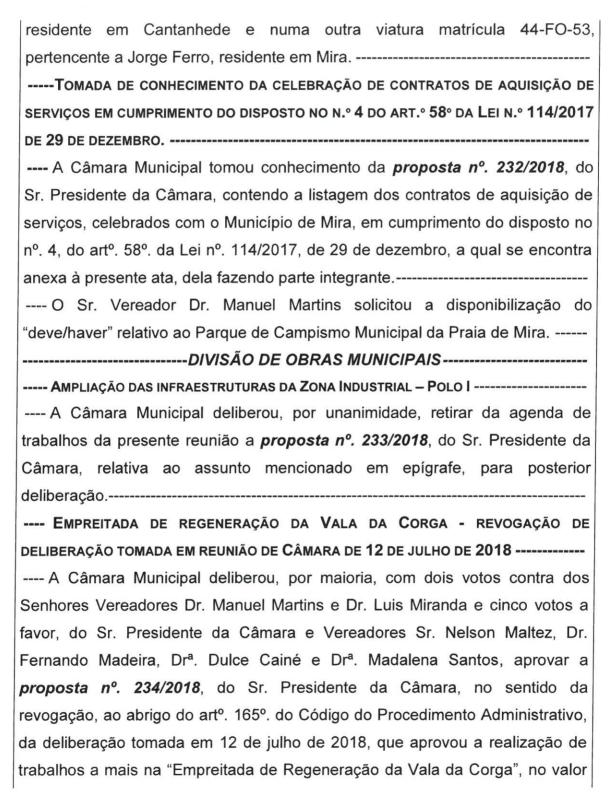


Mais foi deliberado submeter o assunto à aprovação da Assembleia
Municipal, para cumprimento das disposições legais acima enunciadas
PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PREENCHIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO
INTERMÉDIA DE 3º GRAU PARA A UNIDADE DE GESTÃO URBANÍSTICA
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta n.º</i>
229/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da abertura do
procedimento concursal para preenchimento do cargo de direção intermédia de
3º. Grau, para a Unidade de Gestão Urbanística
Mais foi deliberado, nos termos dos nºs. 1 a 3 do artº. 13º. da Lei nº.
49/2012, de 29 de agosto, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a
proposta de constituição do respetivo júri do concurso composto por um
presidente e dois vogais, sendo o presidente designado "de entre
personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade
pessoal" e os vogais designados "de entre personalidades de reconhecidos
mérito profissional credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou
tenha sido exercida preferencialmente na área de recursos humanos ou da
administração local autárquica", a saber:
Presidente: Dr. Ângelo Manuel Morais Lopes, Chefe da DPCPOA
1º Vogal efetivo: Drª. Carmen da Conceição Santos, Chefe da DAF
2º Vogal efetivo: Dra. Isabel Maria Nascimento de Matos
Suplentes: a designar
LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO
LOCAL — TOMADA DE CONHECIMENTO
A Câmara Municipal tomou conhecimento da <i>proposta n.º 230/2018</i> , do
Sr. Presidente da Câmara, contendo a Lei-quadro de transferência de
competências para a Administração Local (Lei nº. 50/2018 de 16 de agosto).





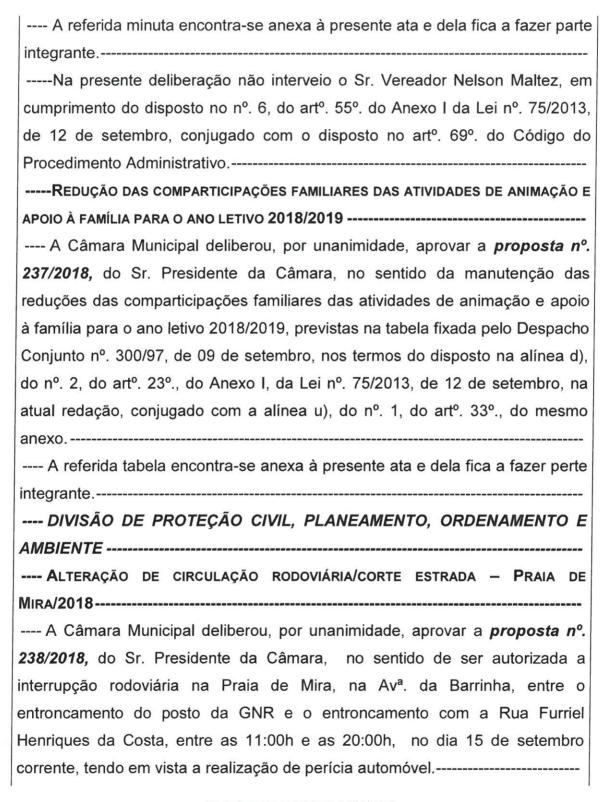






de 22.430,41€ (vinte e dois mil, quatrocentos e trinta euros e quarenta e um cêntimos), correspondente a 5% do valor contratual (449.000,00€), bem como a prorrogação do prazo de execução da referida empreitada, por mais 14 dias, por se considerar que os pressupostos que levaram à consideração desses trabalhos como trabalhos a mais, terem deixado de ser válidos, ---------- REABILITAÇÃO E RECONVERSÃO DE ESTRUTURA ABANDONADA - EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO ANTIGO MERCADO DE MIRA — APROVAÇÃO DO PROJETO, PECAS DO PROCEDIMENTO E ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO---------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar da agenda de trabalhos da presente reunião a proposta nº. 235/2018, do Sr. Presidente da Câmara, relativa ao assunto mencionado em epígrafe, para posterior deliberação.----------DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO -----------APROVAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA E CASA DO POVO DE MIRA NO ÂMBITO DO APOIO À EDUCAÇÃO, NOMEADAMENTE SERVIÇO DE COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NA ESCOLA BÁSICA DE MIRA DURANTE O ANO LETIVO 2018/2019 --------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº. 236/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação da minuta do protocolo de colaboração, a celebrar entre o Município de Mira, o Agrupamento de Escolas de Mira e Casa do Povo de Mira, no âmbito do Serviço de Componente de Apoio à Família na Escola Básica de Mira, durante o ano letivo 2018/2019, ao abrigo do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, por forma a responder à necessidade das famílias no sentido da prestação de serviços vocacionados para atendimento à criança, fora do tempo letivo, proporcionando-lhes a oferta de atividades de animação socioeducativa e dando seguimento ao constante Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto. -----







ATRIBUIÇÃO DE TOPONÍMIA NA FREGUESIA DA PRAIA DE MIRA
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
239/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da atribuição definitiva do
topónimo "Travessa do Ti Xoxo", da freguesia da Praia de Mira, nos termos do
disposto na alínea v), do artº. 64º., da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na
atual redação
ENCERRAMENTO:
E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi
declarada encerrada a reunião, sendo 17:00h, tendo sido aprovada, por
unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do
disposto no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na atual redação
E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição
C.P.A. Eulálio, na qualidade de secretária, redigi
Soul Almb
(Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)
Outros.
(Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)